

# Os anarquistas e a guerra

(RESPOSTA A «ACCIÓN LIBERTARIA»)

Replicando, numa série de escritos, ao nosso artigo «Guerristas ou quê?» de 18 de Julho, *Acción Libertaria*, no seu número de 13 de Agosto, inicia a sua argumentação rejeitando novamente a qualificação de *voluntária* que demos à participação na guerra defendida pela intervençãoistas.

Entretanto, a nossa ideia parece-nos bem simples. Há a participação *obrigatória*, forçada, imposta por uma coacção exterior quer directa—a do Estado, nos países de serviço militar obrigatório, quer indirecta—a da fome pela desocupação, pela recusa de trabalho, como a pratica a burguesia inglesa; e há a participação *voluntária*, a do indivíduo entregue aos seus próprios impulsos, ideias e sentimentos. Fisemos a distinção entre *obrigatoriedade* e *voluntariedade*, empregamos os termos *obrigatório* e *voluntário*, no sentido corrente, vulgar, comezinho, que nos parece ser o mais claro e o mais exacto.

Pode ser que muitos dos que são coagidos pelo Estado, sob pena de fuzilamento imediato, a tomar parte na guerra, queiram por um sentimento bem humano encobrir e doirar essa imposição deprimente ou revoltante com o aspecto simpático do acto livre, á semelhança das crianças que, constringidas a marchar sob a ameaça brutal do pai, disfarçam a vergonha da obediência e da derrota com um cándido: «Vou porque quero». Pode ser que, se não houvesse a coacção externa, não fossem tam numerosos os actos voluntários e os soldados do Estado.

Mas nós não estamos aqui para discutir casos de consciência nem para penetrar no íntimo de cada um. O que está em discussão é a ideia apresentada, é o motivo alegado, é o valor, o alcance, a eficácia das manifestações externas, das tácticas empregadas. E por isso também é que temos empenho em apreciar somente a participação *voluntária*, apartando cuidadosamente do debate os que marcham sob ameaça de fuzilamento ou de presídio, rangendo os dentes de raiva.

*Acción Libertaria* diz que a acção dos intervençãoistas não é voluntária, porque o seu acto volitivo resulta de influências externas mais fortes do que a própria vontade. Por «influências externas» não pretende certamente indicar a coacção material do Estado ou do Capitalismo, mas sim influências da mesma espécie das que determinam os actos voluntários de todos nós. Os acontecimentos e discussões correlativas impressionaram os redactores de *Acción Libertaria*, determinando neles certas ideias e sentimentos, levando-os á convicção da necessidade duma participação na guerra ao lado dos Aliados; essas acontecimentos e discussões não são «mais fortes do que a vontade própria»—são mais fortes do que os motivos que precedentemente a determinavam. Os mesmos sucessos e debates actuaram em nós de modo diverso, encontrando outro terreno e conjugando-se com outros factores; confirmaram para nós a eficácia e oportunidade dos nossos métodos de acção e produziram a convicção da necessidade duma luta contra a guerra e contra todos os Estados e imperialismos. Nuns e noutros está a vontade sob a influência de fortes convicções e sentimentos; uns e outros actuamos *voluntariamente*, isto é, livres de coacção material externa, pois que não há outra liberdade positiva. Não falámos em *livre arbitrio*, nem em «participação voluntária» com o sentido de não sujeita a influências externas.

Fazendo uma diferenciação, não entre os nacionais dum país ou no seio da humanidade tóla, mas apenas entre os revolucionários sociais, fomos naturalmente levados, com um critério puramente objectivo, a qualificar de *guerristas* os partidários da participação na guerra, os que julgam esta guerra meio de esmagar ou reduzir o imperialismo e o militarismo, caso vençam os Aliados; e de *antiguerristas* os que consideram tal participação, tal colaboração, como nefasta ás ideias social-revolucionárias e até ás vantagens de momento, os que tem esta guerra, seja qual for o resultado, como anti-revolucionária e fatora de militarismo e de imperialismo.

Mas nesse caso, objecta *Acción Libertaria*, os revolucionários intervençãoistas, que, mal-dizendo embora a guerra, se julgaram na necessidade de escolher o menor dos males colaborando com o Estado na derrota do imperialismo germânico, são confundidos com os que sempre prepararam a guerra como instrumento de dominação e de conquista. Verdadeiramente, *Acción Libertaria* só teria razão de protestar contra a inexactidão do termo, se aos intervençãoistas tivéssemos chamado *militaristas*, ou mesmo *guerreiristas*, dando este último vocábulo como sinónimo do primeiro.

Mas este ponto já devia estar liquidado. Já explicámos que não quisemos defender a rigorosa aplicação do termo, mas, em homenagem a amigos que muito prezamos, evitar que nos fossem atribuídas intenções ofensivas. E desde que esses amigos se sentiam melindrados com a designação, deixámos de a empregar, pois persistir nela já demonstraria então animo de ferir.

Adoptando-a, fizemo-lo, repetimos, com um critério puramente objectivo, que persistimos em julgar o melhor—ponto que discutiremos ao apreciar o segundo artigo de *Acción Libertaria*. O que confunde os patriotas com os guerristas de ocasião é o facto material de tomarem parte na guerra, é a colaboração para o mesmo fim próximo, é a «união sagrada» contra o «imperialismo»... germânico.

Todos ou quase todos os termos do vocabulário da questão social—*anarquistas, socialistas, revolucionários, etc.*—oferecem os mesmos inconvenientes, prestam-se aos mesmos equívocos e confusões. E se inventássemos em vez de guerristas, outro qualquer neologismo para o caso que nos ocupa, por mais objectivos que procurássemos nos ser, em breve as paixões, os preconceitos, a mania de introduzir subjectivismos nas definições—dizemos nas definições—o teriam obscurecido e deturpado.

Isto não é uma concessão, como pretende *Acción Libertaria*; se concessão é, estava feita desde o primeiro *suelto*, estava feita por sua natureza, pois que se subentende.

E' como no caso duma rectificação que o jornal de Gijón nos atribui. Dissemos que, se os intervençãoistas rejeitam a qualificação de *guerristas* por lhes repugnar o guerra, embora se sirvam dela, então nem os conservadores clericais se podem taxar de guerristas, pois que amaldiçoam «necessidade dolorosa» da guerra.

*Acción Libertaria* formalizou-se, porque viu ali uma comparação entre os revolucionários intervençãoistas e os clericais! E nós explicámos que não havia tal comparação. A letra era clara, e bastaria aquele *nem* para indicar que os clericais estavam no extremo oposto. Era manifesto que se pretendia apenas mostrar a debilidade do argumento, do qual até, mesmo os próprios clericais se poderiam servir para repelir aquela designação. Todos fariam a guerra, mas não haveria *guerristas*...

Para melhor compreender o alcance do nosso argumento, bastava ponderar que também dissemos não haver revolucionário ou insurreccionista que seja partidário da insurreição em si; e que da insurreição fazem uso os nossos adversários, para fins bem opostos aos nossos.

Porque não falou *Acción Libertaria* dessa «comparação»? Era ela também ofensiva para os revolucionários? Quisemos então ofender-nos a nós próprios e

comparar-nos com os «revolucionários» burgueses?

Desta vez, nada temos que rectificar, embora o façamos com gosto quando seja de justiça, procurando ao mesmo tempo pôr toda a atenção possível no que escrevemos.

No próximo número, responderemos á 2.ª parte do 1.º artigo, a qual se occupa duma questão que exige algum desenvolvimento.

## O Chantage da aliança

Em fins de 1913, a Turquia chamou de novo uma missão militar alemã para reorganizar o seu exército e confiou ao chefe dessa missão, general Liman von Sanders, o comando efectivo do 1.º corpo de exército e portanto também o governo militar da Constantinopla. Embora o governo turco tomasse a precaução de anunciar que as praças fortes dos Dardanelos e do Bósforo não ficariam sob as ordens do general alemão, o facto causou alvoroço na Rússia oficial, que protestou com arrogância.

A *Bataille Syndicaliste*, que dera essa noticia, escrevia em 15 de Dezembro de 1913 o seguinte artigo:

O caso da missão militar alemã na Turquia, de que já falámos várias vezes, acaba de entrar numa nova fase, cuja gravidade é impossível dissimular.

Os embaixadores do Triplo Entendimento em Constantinopla fizeram, sábado, junto do governo otomano, uma tentativa preliminar para saber a extensão das atribuições conferidas ao chefe daquela missão, general Liman von Sanders, nomeado ao que parece comandante do 1.º corpo de exército turco e portanto governador militar da capital. O gram-vizir prometeu responder hoje.

E' apenas uma tentativa verbal. Não era imprevisível, pois estava annunciada há bastante tempo. Não é ali, aliás, que dá ao caso o seu carácter sério; mas constitui um preliminar para uma acção diplomática mais oficial.

De facto, foi a Rússia que levantou a questão e arrastou atrás de si a França e a Inglaterra. A razão dada em St. Petersburgo é que os poderes confiados á missão alemã poñam nas mãos desta o domínio de Constantinopla e dos Estreitos. E os gabinetes de Paris e Londres seguiram dócilmente o do tsar.

Mas há neste negócio uma coincidência estranha e significativa: no mesmo dia em que era dado aquele passo, o redactor em chefe do *Matin*, sr. Lauzanne, telegrafava de St. Petersburgo ao seu jornal um artigo visivelmente escrito sob a inspiração, se não sob ditado, do governo russo.

E' uma verdadeira intimação dirigida á França pela acção amiga e aliada. Disse-se ter a ideia pela frase seguinte, que resume as duas coisas que a Rússia reclama da nossa amizade: «El-las».

«A França tem dinheiro; guarde-o; a França tem um embaixador em Constantinopla; ordene-lhe que fale alto e bom som».

Alusão clara á pressão que a Rússia pretende exercer contra a Porta e aos 700 milhões de bilhetes de tesouro otomanos que o banco Pétil & C. deve pôr em subscrição na quinta-feira.

Não se pode dizer mais categoricamente: «Ordeno!»

Que surpresa pode, aliás, haver, sabendo-se que nos últimos vinte anos o caso de Orsay nunca teve uma politica sua? Não passa duma sucursal parisiense da Fonte dos Chantres petersburgueses.

E a França segue, como sempre! Mas mais uma vez, pelos nossos olhos do tsarismo, ela se lança numa aventura, na qual entretanto nada temos que fazer. O negócio de Constantinopla, com effeito, é apenas uma questão russo-turca, a debater só entre esses dois países. E' também uma questão russo-alemã, e a prova é que a Rússia já travou negociações em Berlim a tal respeito.

Ora o passo preliminar dos embaixadores do Triplo-Entendimento prova que essas negociações não deram resultado, que a Alemanha recusou dar satisfações á sua vizinha oriental. Há pois, neste momento, muitas probabilidades de que ela incite a Turquia a resistir, ajudando-a.

Veremos então recomecer as contendas entre os dois agrupamentos dos grandes Estados europeus, podendo comprometer a tam precária paz internacional!

E tudo isso é um novo resultado da Aliança. Na verdade, não temos nisto motivos para estar satisfeitos com ela!

Este artigo da *Bataille Syndicaliste* tinha os seguintes titulos: «O chantage da aliança»—«A Rússia embarca a França numa contenda contra a Turquia e a Alemanha».

Em meados de 1914, a propósito dos três anos de serviço militar, o mesmo diário sindicalista voltou a falar do «chantage russo» da maneira que veremos num número próximo.

## Notas Rubras

### Revolucionários... interesseiros

Os chamados *revolucionários civis*, quando na penúltima terça-feira se discutiu na camara dos deputados um parecer relativo ao projecto de lei que autorizava o governo a nomea-los, por escolha, para as vagas que se dessem nas repartições publicas», fizeram certa algazarra nas galerias por motivo dos pais da patria terem resolvido definitivamente que os tais *revolucionários* só possam ser collocados nos citados logares em egualdade de circunstancias com outros concorrentes.

A attitude desses *carbonários* protestantes é devêras condenavel, pois que demonstra um mercenarismo bastante accentuados...

Quem luta sinceramente por uma ideia, politica, social ou doutra qualquer natureza, não deve exigir recompensas pelo seu esforço. A maior paga que poderá receber é constatar que as suas aspirações triunfaram.

Mas não é para estranhar, porem, a imposição dos tais *revolucionários*, visto que o fundador da republica também se governou com choruda pensão anual, não falando no posto militar superior a que ascendeu, em razão do seu trabalho na Rotunda.

Bem mais nobre e desinteressada é a acção que os puros revolucionários sociais constantemente exercem no meio do povo afim de o encaminhar na senda luminosa da verdadeira revolução.

Estes não exigem privilégios na burocracia ou quaisquer outras remunerações; pelo contrario, alem de muitos sacrificios materiais, sofrem mil perseguições, tendo inúmeras vezes de *grammar* a cadeia.

No entanto, apesar de certos empreiteiros de balbúrdias politicas pretenderem receber gratificações pelos seus actos de rebeldia, determinada *formiaquagem* ainda tem tido o desprazo de lançar labões infames, como o de vendidos aos monarquicos, sobre honestas e abnegados propagandistas das redentoras doutrinas sociais!

A despeito de tudo isso, esses orientados e convictos *agitadores e meneurs*, (como lhes costumam chamar) não se desviarão da conduta revolucionária em que andam embrenhados, nem reclamam, como paga dos seus dolorosos mas sublimes esforços, um talher á meza do orçamento...

C. RODRIGUES

## Notas singelas

### O FISCO

O Estado *soberbo e nobre* na sua missão de governar o povo, suavizando-lhe as agruras amargas duma existência intranquila e incerta, dispõe, como não podia deixar de ser, de elementos bastante fortes para regularisar a vida cotidiana dos cidadãos, extorquindo-lhes por vários modos e feitos não só a liberdade colectiva que a Constituição lhes garante, como também uma parte da liberdade individual.

Os elementos de força de que o Estado dispõe, são: o militarismo, a policia, a magistratura e tantos outros organismos dispersos pelas repartições publicas (?) que, juntamente com a burguesia, representam a cambada inutil, parasitária, malcreada a quem o povo tem que prestar contas e ainda pagar o seu tributo. Ora dentro destas corporações existe como descendente directa do militarismo, um corpo de exército chamado Guarda Fiscal, cuja missão consiste simplesmente e invariavelmente em velar o tesouro do Estado, nunca permitindo que algum subtraia aos direitos aqui-que por lei é considerado contrabando e por consequência, exercendo repressão nos individuos que, arremessados á miséria pelas deficiências e dificuldades da vida, lutam desesperadamente para angariarem por qualquer meio

uns magros sobres com que possam enganar o estomago e aguentarem-se na barca desconjuntada dos seus infortúnios. Sucede que esta corporação goza duma certa simpatia por parte dos elementos officiais, que, tendo em consideração a fé republicana e revolucionária (*sic*) da mesma, lhes confere fóros dum histórico republicanismo, cimentado na heróica fanfarronica duma revolução que deu em dróga numa manhã pálida e nevoenta de 1891.

Temos, pois, que admitir o republicanismo mais tradicional que consciente dos bastantes guardas fiscaes, ainda mesmo quando eles pratiquem, como sucedeu na semana finda, em Aguada, actos da mais feroz estupidez e da mais selvagem desumanidade.

Foi na penúltima quarta-feira. Um pobre homem, moço ainda, na plenitude da vida, permitindo-se acender uma acendalha que consigo trazia teve, acto contínuo, que fugir á perseguição dum guarda do fisco que, á paisana, o perseguiu desenfreadamente, resultando dessa perseguição a morte do pobre moço, que na precipitação da fuga se despeñou por uma ribanceira abaixo.

Não é meu intuito dissindir se o guarda obedeceu a um dever profissional ou se, pelo contrario, obedeceu ao instinto repressivo que a educação militar lhe inoculou. Todavia, eu não posso deixar de constatar o facto devêras doloroso que ante nós se apresenta e tornar responsável por esse crime não tanto o guarda que afinal é também uma vítima, mas sobretudo uma série de factores correlativos que são, no fundo, a causa principal do desastre.

O Estado republicano e democrático, permitindo, pois que também é interessado, e principal, o sistema dos monopólios—monstruosidade inaudita, roubalheira legalisada, cerceia a liberdade do cidadão não consentindo que este possa usar objetos que, como as acendalhas são de relativa economia, só porque o seu uso implica prejuizo para a companhia monopolista. Esta, por sua vez atira a cubilha nos espiritos ambiciosos e doentios oferecendo-lhes premios consideráveis em dinheiro para que eles se prestem a desempenhar o odioso papel de delatores. Porem, neste caso, um factor houve que mais se fez sentir, e esse foi evidentemente a ferocidade abrutalhada do guarda de fisco, que, de revolver em punho, perseguiu o desgraçado a ponto de ele se despeñar na ribanceira.

Sempre temos demonstrado os males resultantes do militarismo; sempre temos apontado os vícios e enfermidades que o militarismo lega aos infelizes que se acomodam dentro da farda.

E agora que presenciámos actos de canibalismo selvagem cumpridos, para nossa dignidade, patentearem bem expressivamente o nosso protesto e o nosso desprazo por aquelles que, não contentes em fazer sofrer o povo pela fome e pela miséria, numa exploração vil e negregada, são ainda os seus assassinos impávidos e safardanas.

Basta de agiotagem! Basta de bandalheiral

J. SALGADO

## Aos camaradas

Continuamos a chamar a atenção dos nossos camaradas para a subscrição que iniciamos no número passado, subscrição que, como se sabe, tem por fim, solver o deficit de 58397,5 que tanto tem dificultado a vida ao nosso semanário. Vá, camaradas, um pouquinho de boa-vontade e decisão, e teremos prestado um optimo serviço á causa a que nos devotamos.

Recebemos mais a seguinte quantia:

Transporte. . . . . 2480  
Dum grupo de camaradas do Pará, por intermédio de Costa Carvalho . . . . . 10300

Soma. . . . . 12780